

REGULAMENTO DE TESOURARIA

Índice

Âmbito e objeto	2
Emolumentos e Propinas	2
Modalidades de pagamento	2
Propina	2
Sobretaxas	2
Atraso no pagamento de propina	2
Anulação de inscrição	3
Alteração de inscrição	3
Devolução de cheques	3
Emissão de documentos	3
Dúvidas e casos omissos	3
Entrada em vigor	4

Artigo 1.º

Âmbito e objeto

O presente regulamento, no cumprimento da legislação em vigor, e atentos o modelo de organização e os objetivos definidos pelo Instituto Politécnico da Lusofonia (IPLUSO), fixa os procedimentos inerentes ao pagamento de emolumentos e propinas definidos anualmente em Ordem de Serviço pela entidade instituidora e aplica-se a todos os estudantes que frequentam cursos ministrados no IPLUSO.

Artigo 2.º

Emolumentos e Propinas

Os emolumentos, propinas e eventuais sobretaxas devidos pelos estudantes pela candidatura, matrícula, inscrição e frequência dos cursos, assim como pela emissão de documentos e pela inscrição em exames relativos a épocas de avaliação pagas, são os previstos nos preçários em vigor aprovados pela entidade instituidora.

Artigo 3.º

Modalidades de pagamento

- 1 - O pagamento de emolumentos e propinas é realizado através de entidade/montante/referência, devendo o estudante consultar no Portal Académico (NetP@) os seus dados e proceder ao pagamento através de multibanco ou de serviço Homebanking.
- 2 - O pagamento pode, igualmente, ser realizado nos serviços administrativos, presencialmente, em numerário, multibanco (POS) e/ou cheque emitido à ordem de SESC, S.A.

Artigo 4.º

Propina

- 1 - A propina é anual e a divisão por prestações apenas tem por finalidade facilitar o pagamento, não havendo correspondência com o período de aulas.
- 2 - O valor da propina, bem como o número de prestações, encontram-se definidos em Ordem de Serviço da entidade instituidora.
- 3 - A propina é paga até ao dia 8 de cada mês, com exceção de se tratar de um dia não útil, caso em que o prazo termina no primeiro dia útil subsequente.
- 4 - Os benefícios atribuídos aos estudantes que liquidem o valor da propina em número de prestações inferior ao do previsto no n.º1 constam de Ordem de Serviço da entidade instituidora.

Artigo 5.º

Sobretaxas

O não pagamento das propinas no prazo definido no nº3 do artigo anterior implica o pagamento de sobretaxas que constam de Ordem de Serviço da entidade instituidora.

Artigo 6.º

Atraso no pagamento de propina

O não pagamento atempado de propinas e emolumentos implica a inibição da emissão de documentos, nomeadamente declarações, certidões e certificados, bem como da frequência de

aulas e ainda da realização de provas de avaliação e estágios, podendo o aluno incorrer em processo de anulação de inscrição.

Artigo 7.º

Anulação de inscrição

- 1 - O requerimento de anulação da inscrição deve ser apresentado no Portal Académico (netP@) ou nos serviços administrativos, através de preenchimento de formulário próprio.
- 2 - A não comparência ou a não participação do estudante nos atos académicos e demais atividades não dispensa o estudante do cumprimento das suas obrigações, nomeadamente pagamentos devidos, sendo obrigatória a formalização da anulação de forma expressa pelo estudante.
- 3 - Em caso de anulação de inscrição ou desistência do curso não há lugar à devolução de nenhum dos valores pagos.
- 4 - A anulação da inscrição obriga ao pagamento de todos os emolumentos e propinas vencidos até ao mês em que ocorre a anulação, inclusive.
- 5 - Nos casos em que se verifique registo de avaliações finais, lançado em pautas de unidades curriculares em que o estudante pretenda a anulação, a mesma não é aceite, devendo o estudante proceder ao pagamento da totalidade da propina respeitante as essas unidades curriculares.

Artigo 8.º

Alteração de inscrição

- 1 - A alteração de inscrição em unidades curriculares implica o recálculo da propina do estudante.
- 2 - A regularização dos montantes que resultem da alteração referida no número anterior é devida no momento em que a inscrição é alterada.

Artigo 9.º

Devolução de cheques

- 1 - A devolução de cheques implica o pagamento de uma sobretaxa de €60 (sessenta euros) bem como das respetivas despesas bancárias (variáveis).
- 2 - Verificando-se uma devolução repetida de cheques, o estudante fica inibido de utilizar esta modalidade de pagamento.

Artigo 10.º

Emissão de documentos

- 1 - O requerimento para emissão de diplomas ou certidões, certificados ou declarações é efetuado junto dos Portal Académico (NetP@) ou nos serviços administrativos.
- 2 - A emissão dos documentos fica condicionada ao pagamento dos respetivos emolumentos fixados pela entidade instituidora, bem como à verificação da situação de não dívida do estudante perante o IPLUSO.
- 3 - Serão anulados os requerimentos que não sejam pagos num prazo máximo de 30 dias seguidos.

Artigo 11.º

Dúvidas e casos omissos

As dúvidas ou lacunas suscitadas pela aplicação do presente regulamento são decididas por Ordem de Serviço da entidade instituidora.

Artigo 12.º

Revisão do regulamento

O presente regulamento poderá ser revisto quando necessário, sendo a sua aprovação competência da entidade instituidora.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor a partir do ano letivo 2019/2020.

O Administrador



Prof. Doutor Manuel José Carvalho de
Almeida Damásio

